

EDITAL DE CREDENCIAMENTO;

PROCESSO LICITATÓRIO 073/2025

CREDENCIAMENTO - 012/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 023/2025

REGIDO PELA LEI 14.133/2021 C/C DECRETO MUNICIPAL DE N° 098/2022;

INEXIGIBILIDADE (ART. 74, IV C/C ART, 78, INCISO I TODOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C DECRETO MUNICIPAL DE N° 09/2022).

Objeto:

CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA ATENDIMENTO AOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

CREDENCIAMENTO

PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2025;

Data: De 25/02/2025 a 31/12/2025;

Horário: ENTRE 07:00 E 16:00 HORAS.

Local:

Prefeitura Municipal de Quartel Geral/MG
Rua Hipólito Pinto, 240 - Centro - CEP 35.625-000
Telefone: (37) 3543-1190;

"Credenciamento para prestação de serviços de vulcanização de pneus para atendimento aos diversos setores da prefeitura municipal de quartel geral, conforme especificações no termo de referência."

O credenciamento (...) é uma espécie de contratação direta, de criação doutrinária, baseada na inexigibilidade de licitação, em que a Administração Pública estabelece o preço do serviço e dispõe-se a contratar todos os interessados que atendam a determinada qualificação, a exemplo da pré-qualificação para a concorrência prevista no art. 114 da Lei de Licitações..." Fonte: Revista do TCE-MG - "A Lei 8666/93 e o TCEMG", pág. 116 - Cap II - Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

Cibele Assis Campos;

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 023/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2024

I - PREÂMBULO

MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG - MG, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ de nº 18.296.699/0001-44, com sede nesta cidade à Rua Hipólito Pinto, 240 - Centro, por intermédio de sua agente de contratação, e, comissão de contratação nomeada na forma da **PORTARIA 014/2025** de 08 de Janeiro de 2025, torna público que está instaurando processo de **CREDENCIAMENTO**, através do presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, e Decreto Municipal nº 098/2022, segundo as condições estabelecidas no presente **EDITAL**, nos seus anexos e **MINUTA DE CONTRATO**, cujos termos, igualmente, o integram.

ABERTURA;

O Credenciamento será realizado de 25/02/2024 a 31/12/2025;

HORA: Entre 07:00 e 16:00 horas.

LOCAL: Sala do Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal, à Rua Hipólito Pinto, 240 - Centro, Quartel Geral - CEP - 35.625-000.

II - DO OBJETO

2.1 - Credenciamento para prestação de serviços de vulcanização de pneus para atendimento aos diversos setores da prefeitura municipal de quartel geral, conforme especificações no termo de referência.

2.2 - Será o adotado o sistema de **CREDENCIAMENTO PARALELO, E NÃO EXCLUDENTE** na forma do inciso I do art. 79 da lei federal 14.133/2021;

III - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar do presente credenciamento pessoas Jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital objetivando o credenciamento de empresas para prestação de serviços de vulcanização de pneus, para atendimento as demandas das diversas secretarias pertencentes a prefeitura municipal de Quartel Geral-MG, conforme quantidades, e especificações contidas no edital.

3.1.1 - A participação no credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital, seus anexos, regulamentos e instruções;

3.2 - As empresas que desejarem participar deste **CREDENCIAMENTO** deverão no prazo estabelecido neste edital, proceder ao credenciamento, entregar a Presidente da CPL o envelope lacrado, contendo a **"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, E TRABALHISTA"**. Contendo na parte externa o nome da agente de contratação, nome da Empresa, nome e número da modalidade. Passado o prazo de credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes.

3.3 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Quartel Geral (MG).

IV - ENTREGA DO ENVELOPE

4.1 - DA **"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, E TRABALHISTA"**.

4.1.1 - O envelope "Documentação de habilitação" deverá ser entregue ao Presidente da CPL, no endereço especificado neste Edital, das 07:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira;

DIA: 25/02/2025 a 31/12/2025;

HORA : Entre 07:00 e 16:00 horas.

LOCAL: Sala do Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal, à Rua Hipólito Pinto, 240, em Quartel Geral/MG - CEP-35.625.000;

4.1.2 - O envelope deverá ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

4.1.2.1 - ENVELOPE I- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

Envelope - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO: **CIBELE ASSIS CAMPOS;**

NOME DA EMPRESA

CREDENCIAMENTO N.º 012/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 023/2025

Endereço Completo: _____

Fone/Fax: _____

4.1.2.1.1 - ENVELOPE II- PROPOSTA, CONFORME ANEXO V;

Envelope - "PROPOSTA DE PREÇOS"

A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO: **CIBELE ASSIS CAMPOS;**

NOME DA EMPRESA

CREDENCIAMENTO N.º 012/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 023/2025

Endereço Completo: _____

Fone/Fax: _____

4.2 - O MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG - MG, não se responsabilizará por envelopes de "Documentação de habilitação" que não sejam entregues ao Presidente da CPL designado.

V - DA APRESENTAÇÃO

5.1. Os interessados deverão apresentar, nos horários estabelecidos no Capítulo IV, um envelope fechado contendo a documentação exigida, e proposta comercial, de forma a não permitir sua violação, em cuja parte externa deverá constar dizeres conforme subitem 4.1.2.1.

5.2. Os envelopes serão recebidos no período indicado no item 4.1.1, de tantos quantos interessados aparecerem, sendo a contratação realizada, conforme disposições deste edital.

VI - DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

6.1.1. No envelope de habilitação deverá conter os dizeres especificados no item 4.1.2.1.

6.1.1.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou por servidor da Administração Pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo agente de contratação (a) ou comissão de contratação.

6.2. O licitante deverá apresentar os seguintes Documentos para habilitar-se no presente **CREDENCIAMENTO**:

6.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.4. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.5. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.7 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ), conforme o caso;

6.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.13 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.14 Declaração concordando com os valores estabelecidos nas tabelas de procedimentos, assinada pelo responsável da empresa, (ANEXO II);

VII - DA HABILITAÇÃO SOCIAL;

7.1 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (ANEXO III).

VIII - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA;

8.1 Certidão de falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor com validade de 90, (noventa) dias.

IX - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

9.1. Alvará de localização e funcionamento;

9.2 Alvará sanitário, expedido pela unidade competente, da esfera Estadual ou Municipal, da sede da empresa licitante, compatível com o objeto licitado;

9.3 Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção;

9.4 Cópia do registro no conselho profissional, ou cópia do Diploma, devidamente registrado no órgão ou entidade competente.

X - DA SESSÃO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA;

10.1. Diante do julgamento da habilitação e proposta, o resultado do credenciamento dos participantes será feita à medida que os envelopes forem sendo recebidos.

10.2. Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.

10.3. Será inabilitado o participante que não atender as exigências deste edital referente a habilitação fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico financeira e qualificação técnica.

XI - CREDENCIAMENTO

11.1. Serão credenciadas todas as empresas, que comprovarem a habilitação exigida neste edital até o período indicado no preâmbulo para a realização dos serviços descritos.

XII - CLASSIFICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

12.1. CLASSIFICAÇÃO

12.1.1. Os credenciados serão convocados no prazo de 05, (cinco) dias, e assinarão o respectivo Contrato administrativo sendo que os serviços serão executados a partir da ordem de serviço/execução, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

12.2 - FORMALIZAÇÃO

O credenciamento será formalizado mediante o sistema de registro de preços, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital na forma aberta com validade de um 01, (um) ano.

XIII - PUBLICAÇÃO

13.1. O resultado do credenciamento, bem como extrato contratual serão publicados no site do município, no Quadro de Avisos, e, no Site da AMM, (diário oficial dos municípios mineiros) no prazo contido na **LEI FEDERAL 14.133/2021**.

XIV - DA CONTRATAÇÃO

14.1. Serão colocadas à disposição dos setores requisitantes os serviços contidos neste credenciamento para atendimento às demandas de todas as unidades.

14.2. O Município convocará os credenciados para assinatura do contrato, por meio de instrumento de convocação publicado em Diário Oficial do Município, (AMM), e notificação via correio com aviso de recebimento caso haja necessidade, a ser enviada para o endereço mencionado na documentação apresentada junto ao envelope ou ainda, através de meio eletrônico (e-mail);

14.3. Para assinatura do contrato será realizada a convocação dos licitantes credenciados no prazo especificado no art. 95 da lei federal 14.133/2021;

14.4. O credenciamento do contratado (a) não obriga o município de Quartel Geral-MG a realizar todas os exames contidos no respectivo credenciamento cujo quantitativo foi definido de forma estimativa em atendimento as demandas da Secretaria de Saúde.

14.5 A realização dos serviços se dará dentro dos termos estabelecido neste edital e de acordo com a demanda através de requisição da Secretaria Municipal de Saúde.

14.6 O Contrato firmado deverá ter vigência a partir de sua assinatura, cujo contrato terá vigência até o final do ano de 2025, o qual poderá prorrogado em até 05, (cinco) anos mediante Termo aditivo por se tratar de natureza continuada a rigor do que dispõe o art. 105, I da lei federal 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 091/2021 "que define os serviços de natureza continuada no âmbito de Quartel Geral";

XV - PREÇO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Os serviços contidos no presente credenciamento estão especificadas nos quantitativos, e preços de acordo com a tabela estabelecida no ANEXO I.

15.2. A estimativa do credenciamento em questão é de R\$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais).

15.2.1 O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estipulados no (Anexo I) tendo em conta o número de serviços efetivamente realizados, e devidamente autorizadas pelas **SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E TRANSPORTES**, mediante apresentação do documento fiscal ou equivalente, emitido pelo credenciado.

15.3.1. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO, a utilização de pessoal (profissional bioquímico/farmacêutico, médicos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, administrativos, e outros), para a realização dos serviços constantes deste instrumento, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município contratante.

15.4 Não é de responsabilidade do Município os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do presente credenciamento.

15.5 A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício nas rubricas nº

02.01.001.04.122.00156.2.005.3.3.90.39.00

02.04.008.06.181.00138.2.010.3.3.30.41.00

02.06.001.12.361.00155.2.021.3.3.90.39.00

02.06.002.12.364.00153.2.025.3.3.90.39.00

02.07.001.10.301.00123.2.028.3.3.90.39.00

02.07.001.10.302.00123.2.029.3.3.90.39.00

02.08.003.08.243.00129.2.036.3.3.90.39.00

02.08.004.08.245.00127.2.038.3.3.90.39.00

02.09.002.15.452.00140.2.041.3.3.90.39.00

02.10.001.20.608.00133.2.048.3.3.90.39.00

02.11.001.26.782.00156.2.050.3.3.90.39.00

02.12.003.26.782.00158.1.008.3.3.90.39.00

Fichas: 28 - 53 - 101 - 120 - 143 - 157 - 202 - 220 - 240 - 265

273 - 29 - Fontes: 1.500.000.1002 - 1.500.000.0000 - 1.500.000.1001

XVI - ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

16. Os preços contratados poderão ser alterados na forma do art. 134 da Lei 14.133/2021 para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

XVII - DAS SANÇÕES:

17.1 Comete infração administrativa o credenciado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

17.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.4 Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

17.9 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

17.13 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.14 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.1 Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

1.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

17.14.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

17.14.2 A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.14.3 As peculiaridades do caso concreto;

17.14.4 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.14.5 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.14.6 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.15 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.16 A aplicação das sanções previstas neste credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.17 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.18 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.19 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.20 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.21 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o

procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS;

18.1. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

18.2. O Município de Quartel Geral/MG reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este **CREDENCIAMENTO**;

18.3. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta ao Setor de Licitações através do e-mail: licitacao@quartelgeral.mg.gov.br ou através do telefone, (37) 3543-1190.

18.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

18.5. A **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO** ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.6. Dos atos deste credenciamento cabem: I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; b) julgamento das propostas) ato de habilitação ou inabilitação de licitante; d) anulação ou revogação da licitação; e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração; II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

Quartel Geral, 24/02/2025.

JOSÉ VANDERLEI DA SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

ANEXO - I

TABELA DE PREÇOS FIXADOS NO CREDENCIAMENTO;

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	PREÇO FIXADO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM GRAU GRAVE, EM VEÍCULOS PESADOS, TAIS COMO: ÔNIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: IVECO, MERCEDES BENZ, VOLARE, E VOLKSWAGEM. SPRINTER DAS MARCAS MERCEDES BENZ E RENAULT; MOTONOVELADORAS DAS MARCAS: CATERPILLAR E CASE, RETROESCAVADEIRAS DAS MARCAS: RANDON E CASE; PÁ CARREGADEIRA DA MARCA: XCMG, E TRATORES DAS MARCAS: MASSEY FERGUSON E NEW HOLLAND.	HORA	100	115,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM GRAU LEVE, EM VEÍCULOS PESADOS, TAIS COMO: ÔNIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: IVECO, MERCEDES BENZ, VOLARE, E VOLKSWAGEM. SPRINTER DAS MARCAS MERCEDES BENZ E RENAULT; MOTONOVELADORAS DAS MARCAS: CATERPILLAR E CASE, RETROESCAVADEIRAS DAS MARCAS: RANDON E CASE; PÁ CARREGADEIRA DA MARCA: XCMG, E TRATORES DAS MARCAS: MASSEY FERGUSON E NEW HOLLAND.	HORA	100	65,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM GRAU MODERADO, EM VEÍCULOS PESADOS, TAIS COMO: ÔNIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: IVECO, MERCEDES BENZ, VOLARE, E VOLKSWAGEM. SPRINTER DAS MARCAS MERCEDES BENZ E RENAULT; MOTONOVELADORAS DAS MARCAS: CATERPILLAR E CASE, RETROESCAVADEIRAS DAS MARCAS: RANDON E CASE; PÁ CARREGADEIRA DA MARCA: XCMG, E TRATORES DAS MARCAS: MASSEY FERGUSON E NEW HOLLAND	HORA	100	85,00

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU GRAVE, EM VEÍCULOS LEVES, DAS MARCAS: FIAT, HONDA, MERCEDES, RENAULT E VOLKSWAGEN.	HORA	60	95,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU LEVE, EM CARRETA DE TIRAR LIXO E GRADE ARADORA	HORA	50	45,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU LEVE, EM VEÍCULOS LEVES, MARCAS: FIAT, HONDA, MERCEDES, RENAULT E VOLKSWAGEN.	HORA	60	35,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU MODERADO, EM CARRETA DE TIRAR LIXO E GRADE ARADORA.	HORA	50	75,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU MODERADO, EM VEÍCULOS LEVES, DAS MARCAS: FIAT, HONDA, MERCEDES, RENAULT E VOLKSWAGEN.	HORA	60	65,00

OBSERVAÇÃO: Visando o princípio da economicidade, as cirurgias deverão ser realizadas em clínicas e/ou hospitais que estejam localizadas a uma distância de até 200 (duzentos) quilômetros da sede do município de Quartel Geral-MG.

ANEXO II

DECLARAÇÃO QUE CONCORDA E CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS SOLICITADOS NESTE CREDENCIAMENTO;

(Local e data)

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG
A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO;**

**Referência: CREDENCIAMENTO 12/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 23/2025**

Prezado Senhor,

O **FORNECEDOR** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ/CPF - xxxxxxxxxxxxxxxx com sede à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx N° xxxxxxxx Bairro xxxxxxxxxxxx CEP: xxxxxxxx Cidade: xxxxxxxxxxxx, em atendimento ao disposto no **EDITAL DO CREDENCIAMENTO 027/2024**, que tem como escopo o credenciamento de pessoas jurídicas para realização cirurgias com especialidade em oftalmologia, para atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Quartel Geral-MG, conforme termo de referência, e anexos, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que concorda e cumpre plenamente os requisitos solicitados neste edital.

Atenciosamente.

**Assinatura do Responsável
CARIMBO DE CNPJ**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Local e data)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG - MG
A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO;

Referência: Inexigibilidade de licitação 023/2025

Prezado Senhor,

O **FORNECEDOR** _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o N° _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital da Inexigibilidade de Licitação nº: 023/2025, e no inciso V do art. 62 da Lei 14.133/2021, vem perante Vossa Senhoria **DECLARAR** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

NOME DA EMPRESA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CARIMBO DE CNPJ

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO;

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG - MG, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADO, A EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ESTABELECIDAS ABAIXO:

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 - DA CONTRATANTE

O Município de QUARTEL GERAL/MG - MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Quartel Geral/MG, na Rua Hipólito Pinto, 240, Centro, inscrito no CNPJ de nº 18.296.699/0001-44, neste ato representado por seu prefeito, **GASPAR CARLOS FILHO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o N.º 887.416.486-68, portador da Carteira de Identidade M-6152357-SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Padre Luiz Gonzaga, 387, Centro, CEP 35625-000.

1.2 - DA CONTRATADA

O **FORNECEDOR** _____, com endereço na Rua _____ no município de _____ - MG, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) Nacionalidade _____, profissão: _____, residente e domiciliado em _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG _____ ou o prestador de serviços, portador do CPF de nº _____.

1.3 - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Licitatório N° 073/2025 - Inexigibilidade N° 23/2025, regido pela Lei Federais nº 14.133/2022, e, decreto municipal de nº 098/2022, e suas posteriores alterações.

SEGUNDA - DO OBJETO

Credenciamento de pessoas jurídicas para realização cirurgias com especialidade em oftalmologia, para atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Quartel Geral-MG, conforme termo de referência.

TERCEIRA - DO PRAZO

O Contrato firmado deverá vigência a partir de sua assinatura, encerrando-se no dia 31/12/2024, o qual poderá prorrogado em até 05, (cinco) anos mediante **TERMO ADITIVO** por se tratar de natureza continuada a rigor do que dispõe o art. 105, I da lei federal 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 091/2021 "que define os serviços de natureza continuada no âmbito de Quartel Geral".

QUARTA - DO PREÇO - A CONTRATANTE pagará ao (a) CONTRATADO (a) o valor de R\$ _____ (_____), consistente na prestação de serviços no quantitativo, e preço contido no ANEXO I do edital de credenciamento.

QUINTA - DO ATENDIMENTO

Fica fazendo parte deste contrato, **O TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

SEXTA - O Regime Jurídico deste Contrato confere à CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no Artigo 115, e ss. da Lei 14.133/2021.

SÉTIMA - Constitui obrigação da CONTRATANTE além das constantes na lei federal 14.133/2021, todas as obrigações contidas no termo de referência, **(ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

OITAVA - São conferidos ao CONTRATADO os direitos previstos na Lei n.º 14.133/2021, e alterações, além daquelas previstas no **ANEXO VI DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

NONA - Constitui obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições dos arts. 134, e 135 da lei federal 14.133/2021 serão, formalizadas previamente por TERMO ADITIVO, que passará a integrar este contrato quando ocorrer variações nos preços credenciados.

DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES.

11.1 Comete infração administrativa o credenciado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.6.1 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.6.2 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.6.3 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

11.6.4 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.6.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.6.5.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.6.6 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.6.7 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.7 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(1) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(2) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

(3) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

(1) Na aplicação das sanções serão considerados:

(1) Natureza e a gravidade da infração cometida;

(2) As peculiaridades do caso concreto;

(3) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

(4) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

(5) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(2) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

(3) A aplicação das sanções previstas neste credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

(4) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

(5) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo que sejam necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

(6) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

(7) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

(8) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO;

O presente contrato estará de pleno direito rescindido pela inexecução total ou parcial deste contrato e da lei n.º 8.666/93, notadamente no art. 155, e ss. da lei federal 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades determinadas em lei e neste Instrumento.

DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício nas rubricas nº

02.01.001.04.122.00156.2.005.3.3.90.39.00
02.04.008.06.181.00138.2.010.3.3.41.39.00
02.06.001.12.361.00155.2.021.3.3.90.39.00
02.06.002.12.364.00153.2.025.3.3.90.39.00
02.07.001.10.301.00123.2.028.3.3.90.39.00
02.07.001.10.302.00123.2.029.3.3.90.39.00
02.08.003.08.243.00129.2.036.3.3.90.39.00
02.08.004.08.245.00127.2.038.3.3.90.39.00
02.09.002.15.452.00140.2.041.3.3.90.39.00
02.10.001.20.608.00133.2.048.3.3.90.39.00
02.11.001.26.782.00156.2.050.3.3.90.39.00
02.12.003.26.782.00158.1.008.3.3.90.39.00

**Fichas: 28 - 53 - 101 - 120 - 143 - 157 - 202 - 220 - 240 - 265
273 - 290.**

Fontes: 1.500.000.1002 - 1.500.000.0000 - 1.500.000.1001

DÉCIMA QUARTA - A contratação firmada no presente credenciamento não gera qualquer tipo vínculo empregatício junto à CONTRATANTE.

DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro - O (a) CONTRATADO (a) deverá executar os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos, bem como assumir inteira responsabilidade civil, administrativa ou penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pelo mesmo, seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros, incluídos aí encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;

Parágrafo Segundo - Os encargos sociais como Imposto de Renda, ISSQN, acaso devidos, serão contados no pagamento e correrão por conta do CONTRATADO; as contribuições ao CRM, INSS e outros encargos sociais acaso devidos serão por conta do (a) CONTRATADO (a), ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade sobre estas contribuições.

Parágrafo Terceiro - As demais obrigações do credenciado estão previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI)** do edital de Credenciamento.

DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Dores do Indaiá - MG, para dirimir quaisquer questões do presente Contrato.

ASSIM, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato, juntamente das Testemunhas abaixo, em duas vias de idêntico teor, para que surta um só efeito legal, rubricando-o em todas as suas páginas.

Quartel Geral- MG, ____ de ____ de 2024.

JOSÉ VANDERLEI DA SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE

ANEXO V**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**

**A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO, E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;
PROCESSO LICITATÓRIO DE N° 073/2025;
INEXIGIBILIDADE DE N° 023/2025;
VALIDADE DA PROPOSTA: 60, (SESSENTA) DIAS;**

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	PREÇO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM GRAU GRAVE, EM VEÍCULOS PESADOS, TAIS COMO: ÔNIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: IVECO, MERCEDES BENZ, VOLARE, E VOLKSWAGEM. SPRINTER DAS MARCAS MERCEDES BENZ E RENAULT; MOTONOVELADORAS DAS MARCAS: CATERPILLAR E CASE, RETROESCAVADEIRAS DAS MARCAS: RANDON E CASE; PÁ CARREGADEIRA DA MARCA: XCMG, E TRATORES DAS MARCAS: MASSEY FERGUSON E NEW HOLLAND.	HORA	100	115,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM GRAU LEVE, EM VEÍCULOS PESADOS, TAIS COMO: ÔNIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: IVECO, MERCEDES BENZ, VOLARE, E VOLKSWAGEM. SPRINTER DAS MARCAS MERCEDES BENZ E RENAULT; MOTONOVELADORAS DAS MARCAS: CATERPILLAR E CASE, RETROESCAVADEIRAS DAS MARCAS: RANDON E CASE; PÁ CARREGADEIRA DA MARCA: XCMG, E TRATORES DAS MARCAS: MASSEY FERGUSON E NEW HOLLAND.	HORA	100	65,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM GRAU MODERADO, EM VEÍCULOS PESADOS, TAIS COMO: ÔNIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: IVECO, MERCEDES BENZ, VOLARE, E VOLKSWAGEM. SPRINTER DAS MARCAS MERCEDES BENZ E RENAULT; MOTONOVELADORAS DAS MARCAS: CATERPILLAR E CASE, RETROESCAVADEIRAS DAS MARCAS:	HORA	100	85,00

RANDON E CASE; PÁ CARREGADEIRA DA MARCA: XCMG, E TRATORES DAS MARCAS: MASSEY FERGUSON E NEW HOLLAND.			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU GRAVE, EM VEÍCULOS LEVES, DAS MARCAS: FIAT, HONDA, MERCEDES, RENAULT E VOLKSWAGEN.	HORA	60	95,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU LEVE, EM CARRETA DE TIRAR LIXO E GRADE ARADORA	HORA	50	45,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU LEVE, EM VEÍCULOS LEVES, MARCAS: FIAT, HONDA, MERCEDES, RENAULT E VOLKSWAGEN.	HORA	60	35,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU MODERADO, EM CARRETA DE TIRAR LIXO E GRADE ARADORA.	HORA	50	75,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO GRAU MODERADO, EM VEÍCULOS LEVES, DAS MARCAS: FIAT, HONDA, MERCEDES, RENAULT E VOLKSWAGEN.	HORA	60	65,00

NOME DA EMPRESA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CARIMBO DE CNPJ/CPF

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de vulcanização de pneus para atendimento aos diversos setores da prefeitura municipal de quartel geral, conforme especificações no termo de referência.

2 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, IV, art. 78, inciso I todos da lei federal 14.133/2021 c/c decreto municipal de nº 09/2022;

3 JUSTIFICATIVA: O credenciamento de empresas para a prestação de serviços de vulcanização são necessários para manter em condições de uso os pneus dos veículos, equipamentos e máquinas pesadas da frota pertencente ao município de Quartel Geral-MG, considerando que a aquisição de pneus novos é mais onerosa quando ainda se há a possibilidade de os utilizar realizando-se a vulcanização, desta forma a realização do serviço reverte-se em economicidade, garantindo a durabilidade do patrimônio público e ainda a segurança aos seus agentes, assegurando a contínua prestação de serviços públicos por esta Administração Municipal.

4 SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de vulcanização de pneus, para atendimento as demandas das diversas secretarias pertencentes a prefeitura municipal de Quartel Geral-MG, conforme quantidades, e especificações contidas no edital. a) serviços de Vulcanização, conforme ANEXO I do Edital de Credenciamento b) Município de Quartel Geral entregará os veículos e máquinas nas oficinas que estiverem dentro do perímetro urbano do Município; c) as oficinas credenciadas que estiverem localizadas num raio superior ao constante no item anterior deverão retirar o veículo ou máquina no pátio da Administração Municipal, sem qualquer ônus de envio/retirada para o Município. Vale ressaltar que a oficina que se encontra num raio superior ao citado fica responsável por eventual dano causado ao veículo decorrente do transporte; d) A solicitação de manutenção será encaminhada pelas Secretarias Municipais, com identificação do veículo constando a natureza do serviço; e) Esse prazo de reparo não poderá exceder 05 (cinco) dias úteis, salvo com previa autorização do setor responsável;

5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/CREDENCIADO: a) realizar os serviços de borracharia contido no ANEXO I deste edital; b) A empresa credenciada fica responsável pela garantia do serviço prestado, conforme normas do Código de Defesa do Consumidor; d) O prazo de execução de cada serviço, após a disponibilização, deverá ser negociada diretamente com as secretarias municipais solicitantes, e de acordo com a necessidade dos serviços;

6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: a) Acompanhar, fiscalizar o credenciado, através do servidor responsável pelo recebimento; b) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas; c) Suspender a realização de serviços que não estiverem de acordo com as especificações exigidas e/ou propostas vencedoras; d) Compete a

Secretaria de Saúde encaminhar os usuários para a realização dos procedimentos nas clínicas credenciadas em horário agendado;

7 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: a) Administração Municipal, através do responsável nomeado chefe de fiscal de contrato, exercerá a fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; b) A fiscalização pelo fiscal de contrato não exime quaisquer responsabilidades por parte do prestador do serviço em referência, sendo única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a regular execução do objeto do contrato; c) A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo gestor de contrato responsável, mediante portaria 044/2022.

8 VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de validade da presente proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura dos envelopes;

9 DO PAGAMENTO: O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estipulados na tabela de valores, (ANEXO I), e devidamente autorizadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, mediante apresentação do documento fiscal ou equivalente, emitido pelo credenciado;

10 DO VALOR ESTIMADO: Valor total estimado para este credenciamento é de R\$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais).

11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício nas rubricas n°

02.01.001.04.122.00156.2.005.3.3.90.39.00
02.04.008.06.181.00138.2.010.3.3.30.41.00
02.06.001.12.361.00155.2.021.3.3.90.39.00
02.06.002.12.364.00153.2.025.3.3.90.39.00
02.07.001.10.301.00123.2.028.3.3.90.39.00
02.07.001.10.302.00123.2.029.3.3.90.39.00
02.08.003.08.243.00129.2.036.3.3.90.39.00
02.08.004.08.245.00127.2.038.3.3.90.39.00
02.09.002.15.452.00140.2.041.3.3.90.39.00
02.10.001.20.608.00133.2.048.3.3.90.39.00
02.11.001.26.782.00156.2.050.3.3.90.39.00
02.12.003.26.782.00158.1.008.3.3.90.39.00

Fichas: 28 - 53 - 101 - 120 - 143 - 157 - 202 - 220 - 240 - 265 - 273 - 29 - Fontes: 1.500.000.1002 - 1.500.000.0000 - 1.500.000.1001

Quartel Geral, 25/02/2025.

CIBELE ASSIS CAMPOS
AGENTE DE CONTRATAÇÃO